

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.522 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2002

Dia de decisões no Senado

1

Carteira de Saúde amplia assistência médica à mulher

2

Aprovados limites de despesas com publicidade oficial

3

Plenário autoriza adesão do país ao Protocolo de Kyoto

4

Recursos em terra de índio passam a ser reconhecidos

PÁGINAS 3 E 4



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Lideranças indígenas acompanharam das galerias do Senado a votação de convenção internacional, na sessão presidida por Ramez Tebet

Uso médico de silicone deverá ter novas regras

Projeto de lei que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposta ainda será votada pela Comissão de Assuntos Sociais e pelo Plenário.

PÁGINA 7



José Cruz

Projeto de conversão à MP que regulamenta a anistia recebe aplausos na comissão mista

Comissão garante direitos de anistiados

PÁGINA 5

Proposta eleva teto de benefício para R\$ 2 mil

O valor mensal máximo de benefícios no regime geral da Previdência Social pode ser elevado de R\$ 1.430 para R\$ 2.000. A medida está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Justiça.

PÁGINA 8

Tebet marca reunião de líderes para definir pauta

Encontro na quarta-feira escolherá as matérias que serão votadas antes do início do recesso parlamentar de julho. Um dos projetos, adiantou o presidente do Senado, deve ser o que define o plano de carreira dos servidores do Judiciário



Agaciel Maia lança na Bienal do Livro de Natal obra sobre senadores do Rio Grande do Norte

Senado doa 100 livros a biblioteca pública de Natal

Um dos expositores da Bienal do Livro de Natal (RN), o Senado aproveita a passagem pela cidade para doar exemplares de cada um dos livros que estão à venda no estande da feira à Biblioteca Pública Câmara Cascudo, do governo do estado. São aproximadamente 100 títulos, entre os quais as obras que integram as coleções *Biblioteca Básica Brasileira*, *O Brasil Visto por Estrangeiros* e *Brasil 500 anos*, do Conselho Editorial da Casa. A entrega será feita hoje pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Representantes de entidades de portadores de deficiência visual também receberão exemplares em braille da Constituição e Código de Proteção e Defesa do Consumidor, entre outras legislações.

Agaciel também lançará na bienal o volume 1 do livro *Parlamentares do Rio Grande do Norte - Senadores do Império à República*. A publicação traz biografias dos 47 senadores do Rio Grande do Norte desde a inauguração do Senado, em 1824. A apresentação do livro é do presidente do Senado, Ramez Tebet, e o prefácio, do senador José Sarney (PMDB-AP).

Célio Azevedo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, marcou para a próxima quarta-feira, dia 26, reunião em sua residência para definir com os líderes partidários as matérias que serão votadas antes do recesso parlamentar de julho. Tebet informou sobre a reunião em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicitou a votação, pelo Senado, do plano de carreira dos servidores do Judiciário.

Segundo Tebet, o tema será tratado já na próxima sessão do Congresso. Ele também lembrou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003 será votada o mais breve possível. Sem a aprovação da LDO o Congresso não entra em recesso.

VIOLÊNCIA

Ramez Tebet comunicou ontem ao Plenário o encaminhamento, à Câmara dos Deputados, de dois projetos oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública e aprovados pelo Senado. O primeiro trata dos crimes de corrupção.

Aprovada no dia 29 de maio, a proposta aumenta a punição para crimes contra administração pública. De acordo com a matéria, que altera o Código Penal, quem lesar os cofres públicos terá de devolver os recursos desviados para poder solicitar a progressão da pena de regime fechado para semi-aberto.

O segundo projeto enviado permite a quebra de sigilo bancário em crimes de lavagem de dinheiro. A proposta inclui no Código Penal os crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e corrupção praticados por funcionários públicos em transações de comércio internacional.

PREFEITOS

O presidente do Senado recebeu ontem a visita de seis prefeitos



Ramez Tebet, presidente do Senado, recebeu ontem de prefeitos de seis municípios de Mato Grosso do Sul apoio à sua reeleição

tos de municípios de Mato Grosso do Sul. Além de prestar condôlcias pela morte de Antônio Tebet, irmão do senador, os prefeitos apoiaram a reeleição de Tebet ao Senado. Visitaram Tebet os prefeitos Ézio de Matos, de Água Clara; Noé Filho, de Nioaque; José Arnaldo, de Inocência; Roberto Surlan, de Nova Bradina; Antônio Santos, de Santa Rita; e João Clóvis, de Taquaral.

Conselho de Comunicação elegerá presidente

O Conselho de Comunicação Social terá sua primeira reunião na próxima terça-feira, dia 25, às 18h30, anunciou em Plenário o primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão. O objetivo da reunião é eleger o presidente e vice-presidente do conselho, seguindo determinação da Lei nº 8.389, de 1991, que regularizou o órgão.

Criado pela Constituição de 1988, o conselho possui 13 membros titulares e igual número de suplentes, e funcionará como órgão consultivo e auxiliar nas decisões do Poder Legislativo para o setor de comunicação. Compete a ele elaborar seu regimento interno, que, para entrar em vigor, precisa ser aprovado pela Mesa do Senado.

O órgão deverá ser chamado a manifestar-se sobre temas relacionados com a liberdade de expressão, a informação, os modelos de controle dos meios de comunicação, o conteúdo das programações da mídia e também sobre a legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão.

Caberá ainda ao conselho acompanhar o cumprimento das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas das programações dos veículos de comunicação. Também deverá posicionar-se quanto a questões como propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação.

O primeiro mandato dos integrantes do conselho terminará em

31 de março de 2003. Assim, o início do mandato da próxima composição do órgão coincidirá com uma nova legislatura. O mandato dos integrantes do Conselho de Comunicação Social, definido em lei, é de dois anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez.

São os seguintes os 13 representantes eleitos: Paulo Machado de Carvalho Neto (rádio); Roberto Wagner Monteiro (TV); Paulo Cabral de Araújo (imprensa); Fernando Bitencourt (engenheiros); Daniel Herz (jornalistas); Francisco Pereira da Silva (radialistas); Berenice Bezerra (artistas); Geraldo Pereira dos Santos (cinema e vídeo); José Paulo Cavalcanti, Alberto Dines, Jayme Sirotsky, Carlos Chagas e Ricardo Moretzon (sociedade civil).



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

17h - Preside sessão deliberativa ordinária
16h - Solenidade de posse de Gilmar Mendes no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Sala de sessões plenárias do STF

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; PLC nº 27/02, institui o 12 de agosto como o Dia Nacional da Juventude; PLC nº 28/02, dispõe sobre o Dia Nacional do Consumidor; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 297/02, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 237/00, de sua autoria.

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h - Sessão deliberativa ordinária

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Carteira de Saúde da Mulher vai à sanção

Maria do Carmo Alves, relatora, destaca que projeto dá atenção especial à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama

O Senado aprovou ontem projeto de lei que institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher, a ser emitida por hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde da rede pública. A carteira deverá registrar as principais atividades previstas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, conforme regulamentação a ser feita pelo Conselho Nacional de Saúde. A matéria vai à sanção.

Relatado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto prevê atenção especial à prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama. A partir da regulamentação dessa lei, deverá ser desencadeada ampla campanha educativa de divulgação da carteira, para que as mulheres usuárias e as pessoas prestadoras de serviço de saúde se mobilizem para a



exigência dos serviços e utilização eficaz da carteira.

Segundo o autor da proposta, deputado Aloysio Nunes Ferreira, a carteira traz duas vantagens: induz a mulher a fazer o exame periódico e possibilita ao sistema de saúde acompanhar com mais informações a ocorrência dessas

doenças, para a formulação de estratégias de combate ao câncer em mulheres. O projeto, celebrado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), foi aprovado no entendimento de que os cânceres ginecológicos e mamários constituem importantíssima causa de mortalidade feminina.

Trabalhadora poderá faltar ao serviço para fazer exame

Projeto que permite a dispensa das mulheres do trabalho para a realização de exame médico preventivo foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria, incluída na forma de substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), estabelece que, após a conclusão do período de experiência no serviço público ou na iniciativa privada, e uma vez a cada ano, as mulheres serão submetidas a exame médico preventivo. A proposta ainda vai ser votada em turno suplementar.

Pelo texto aprovado, uma vez por ano, a mulher poderá faltar

ao serviço para realizar essa consulta, a fim de prevenir doenças previstas em programa de atenção integral à sanidade da mulher, recomendado pelo Ministério da Saúde. O exame poderá ser feito em instituições públicas e privadas conveniadas. As empresas e órgãos públicos que não cumprirem a norma vão pagar multas administrativas.

O objetivo do projeto é reduzir o câncer de mama e de útero. Segundo seu autor, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), os cânceres respondem, atualmente, por cerca

de 9% das mortes a cada ano no Brasil. E os cânceres de mama e de útero ocupam a primeira e a terceira colocações. O mesmo projeto prevê penalidades a empresas e órgãos públicos que não cumprirem a determinação.

Na discussão do projeto, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que a bancada feminina no Legislativo sempre se esmerou em garantir a aprovação de matérias que beneficiam as mulheres e que o trabalho dessa bancada já resultou em várias batalhas e em grandes vitórias.

Plenário aprova escolha de dois embaixadores

Mensagens de indicação de dois diplomatas para representar o Brasil no exterior foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado (foto).

O nome de Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti foi acolhido para a embaixada em Honduras, por 47 votos a favor, seis contra e duas abstenções.

Por 45 votos a favor, cinco contrários e quatro abstenções, o embaixador brasileiro na China, Affonso Celso de Ouro Preto, teve seu nome aprovado para exercer o cargo, cumulativamente, junto à República Popular Democrática da Coreia.

Na ocasião, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) congratulou o Legislativo por aprovar o primeiro embaixador para a Coreia do Norte, país comunista com quem o Brasil não tinha relações diplomáticas há até bem pouco tempo.



Rosaneite Pinheiro

PEC amplia restrição a gasto com publicidade oficial

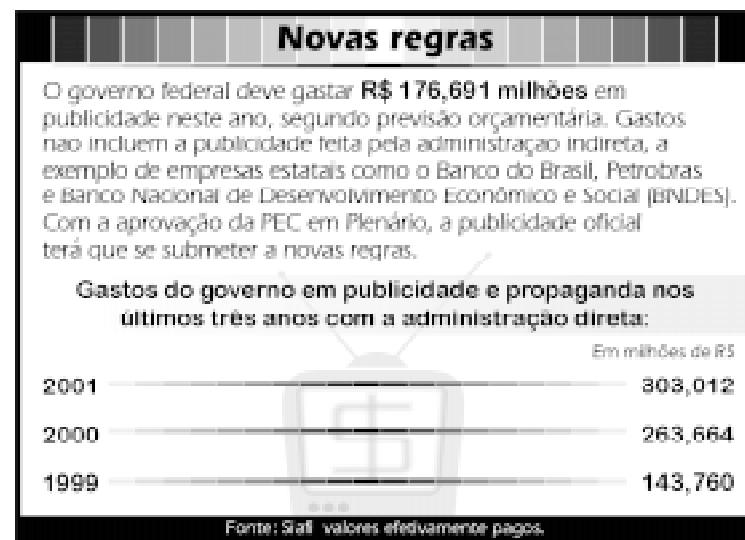
O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, na forma de substitutivo, proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece limites para os gastos em publicidade no setor público. A matéria obteve 59 votos favoráveis. A PEC, que inclui no texto constitucional a obrigatoriedade de que a lei específica estabeleça limites com gastos em publicidade de obras, ainda será submetida a outro turno de votação.

De autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a proposta determina também a obrigatoriedade de que sejam explicitados os gastos com publicidade, na lei que deverá ser aprovada quando órgãos da administração direta e indireta firmarem contratos de gestão com o poder público. Nessa lei, segundo determina o texto da Constituição, devem constar também o prazo de

duração do contrato de gestão, a remuneração do pessoal e os critérios de avaliação de desempenho.

A PEC também substitui o termo "órgãos públicos" por "órgãos e entidades da administração pública de qualquer esfera político-administrativa", no artigo da Constituição que já proíbe publicidade pública associada à promoção pessoal. O objetivo é deixar claro que a proibição vale tanto para a administração direta quanto para a indireta.

Saturnino disse acreditar que, como a emenda possibilitará a identificação de todos os gastos com publicidade, "estará aberta a possibilidade de que sejam evitadas relações ilegítimas dos governos com empresas de comunicação que dependam da publicidade pública para sua sobrevivência financeira".



Iniciada discussão da reforma do Judiciário

O Senado iniciou ontem a discussão da reforma do Judiciário, com o presidente da Casa, Ramez Tebet, lembrando o quanto a proposta é importante para o Brasil. Relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o texto ainda será discutido em quatro sessões ordinárias, antes de ser votado em primeiro turno.

Primeiro a discutir a matéria em Plenário, o senador José Fogaça (PPS-RS) definiu o trabalho como alentado, rico em detalhes e extremamente rigoroso do

ponto de vista científico. Em sua análise, ele disse que o Supremo Tribunal Federal tem uma efetiva tendência em apoiar a adoção da súmula de efeito vinculante, que liga os demais órgãos do poder Judiciário na interpretação de normas contraversas.

Mas Fogaça apresentou uma emenda que considera mais eficaz que a do efeito vinculante. Ela cria a súmula impeditiva de recursos, capaz de também reduzir os processos que sobem em grau de recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Sala da CFC terá nome de Mário Covas

O Senado aprovou iniciativa do senador Freitas Neto (PSDB-PI) determinando que a sala de reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) será denominada Sala Senador Mário Covas. A Presidência da Casa agora tomará providências para que a decisão seja cumprida.

Freitas Neto justificou sua iniciativa dizendo que Covas desempenhou relevante papel na defesa da moralidade pública e da ética na política. Para ele, a escolha do nome de Mário Covas para a comissão o tornará fonte de inspiração para os parlamentares que ali atuam.

Relator da matéria, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) disse que a retidão com que Covas se conduziu sempre mereceu elogios de todos, inclusive dos seus adversários políticos.

Senado aprova adesão do Brasil ao Protocolo de Kyoto

Acordo internacional, que tem sofrido restrições dos Estados Unidos, objetiva reduzir a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa

O Senado aprovou ontem o texto do Protocolo de Kyoto sobre mudança climática. Com o objetivo de reduzir o aquecimento global, o protocolo estabelece, para os países desenvolvidos, metas de redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, como o dióxido de carbono. O texto agora vai à promulgação.

O documento prevê a utilização de instrumento conhecido como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Em razão do fato de que apenas os países mais industrializados têm obrigação de reduzir as emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, paí-

ses em desenvolvimento como o Brasil podem participar do esforço por meio do MDL.

O país poderá receber fundos para adotar projetos de energia limpa, como a produzida pelos ventos ou a solar. Em troca, o país doador desses fundos terá um crédito para emissão de gases poluentes em seu território. O acordo precisa ser ratificado por 55 países para entrar em vigor.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o fato de os Estados Unidos ainda não terem aderido ao Protocolo de Kyoto, mas observou que as adesões



Jefferson criticou o fato de os EUA ainda não terem aderido ao protocolo

do Japão e do Brasil poderão servir para compelir os americanos a fazerem o mesmo.

Acolhida convenção sobre povos indígenas

Com a presença de lideranças indígenas em Plenário, o Senado aprovou ontem o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece uma política geral para nortear o relacionamento dos governos com os povos indígenas e tribais, em países independentes.

De acordo com o texto, os governos devem reconhecer o direito de propriedade e de posse sobre as terras ocupadas tradicionalmente por esses povos. E os recursos naturais existentes em terras indígenas devem ser especialmente protegidos, abrangendo essa norma o direito que eles têm de participar da utilização, administração e conservação desses recursos.

Autor de emenda ao projeto, o próprio senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu que sua iniciativa fosse rejeitada, reconhecendo que a convenção não feria a Constituição brasileira. Ao defender o texto, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o Senado vivia um momento histórico, visto que há mais de nove anos as comunidades indígenas esperavam pela aprovação da Convenção 169.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também comemorou a votação e disse que falta agora o texto ser aprovado na Câmara. Depois de lembrar que o Legislativo ainda precisa aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas, Jefferson afirmou que só depois dessas votações os direitos

dos índios estarão definitivamente consagrados no ordenamento jurídico brasileiro.

Autor de parecer favorável à matéria, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) tranqüilizou o Plenário dizendo que não há qualquer risco de a Convenção 169 ferir a Constituição brasileira. Ao recomendar o voto favorável à matéria, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou que, quando ministro da Justiça, fez o Brasil avançar na demarcação de terras indígenas. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) concordou com a cautela com que o projeto foi tratado, mas afirmou que não há convenção internacional capaz de alterar a Constituição brasileira.

CCJ examinará questão de Serra Pelada

O Plenário do Senado retirou o pedido de urgência e devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto de decreto legislativo que retira da Companhia Vale do Rio Doce e devolve à cooperativa de garimpeiros a posse sobre a área do garimpo de Serra Pelada, no sul do Pará. O projeto, de autoria de uma comissão que tinha como presidente o senador Edison Lobão (PFL-MA) e como vice o senador Ademir Andrade (PSB-PA), já tinha sido aprovado no Senado e retornou da Câmara dos Deputados com três emendas, que devem ser votadas.

Ao retirar o pedido de urgência, Lobão informou que há uma divisão entre os garimpeiros e eles

próprios solicitaram o fim da urgência e o exame pela CCJ. Já Ademir pediu a votação imediata, junto com o líder do PDT, senador Sebastião Rocha (AP), sob o argumento de que há uma crise social instalada na área de Serra Pelada e a reintegração de posse pelos garimpeiros ajudaria a resolvê-la.

Serra Pelada pertencia à Companhia Vale do Rio Doce, mas, em 1984, o então presidente João Figueiredo garantiu 100 hectares para os garimpeiros, pagando à Vale, com dinheiro da União, uma indenização de US\$ 60 milhões. Em 1992, o então presidente Fernando Collor de Mello assinou decreto devolvendo Serra Pelada à empresa. A essa altura, já havia até uma cidade em volta

do garimpo, Curionópolis.

Diante da crise social instalada, o Senado criou em 1997 comissão especial para estudar o assunto. A comissão elaborou o projeto de decreto legislativo, aprovado rapidamente pelo Senado, que anula o decreto de Collor e devolve a área aos garimpeiros.

A Câmara aprovou três emendas. Uma delas instituiu comissão para implantar projetos de desenvolvimento da área. A outra garante direito ao garimpo a todos que comprovem que realmente trabalharam no local, e não apenas aos cooperativados. E a terceira atribui ao Congresso a definição de normas para a atividade dos garimpeiros na área.

Audiência reuniu técnicos para debater cisão de geradoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizou audiência pública ontem para analisar e discutir o Programa de Cisão das Empresas Elétricas do Sistema Eletrobrás e o Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. O requerimento para a realização da audiência pública foi iniciativa da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O professor do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio Janeiro (Coppe/UFRJ), Maurício Tomasquim, disse que a cisão das empresas pode resolver o problema da falta de água no Nordeste, mas também pode prejudicar a geração de energia elétrica na região.

O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, José Dummond Saraiva, frisou que a cisão das empresas do setor é uma forma de o governo federal preparar o terreno para continuar as privatizações do setor. Saraiva afirmou que "não é admissível uma família no Rio de Janeiro ter uma conta de energia superior à de uma família que reside em Paris, na França".

Por sua vez, o presidente da Eletrobrás, Altino Ventura Filho, defendeu a cisão das empresas elétricas do sistema. Altino observou que a separação das áreas de transmissão e geração das empresas do setor elétrico vai incentivar a competição das empresas estatais. A seu ver, "não significa que o atual sistema não funciona, mas é menos eficaz na comercialização e no incremento dos lucros".

Também favorável ao modelo proposto pelo governo, o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, avaliou que o recente racionamento de energia elétrica foi bom para o país, por ajudar a equacionar os problemas do setor.

A senadora Heloísa Helena afirmou que, por conta da decisão do governo de adiar a cisão da Chesf, não cabe neste momento debater mais profundamente o assunto. A senadora criticou o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por "conspirar contra o Nordeste", na medida em que, segundo ela, a tentativa de cisão da Chesf não beneficia a região.



Projeto de Mozarildo Cavalcanti foi aprovado pela Comissão de Infra-Estrutura, que também analisou, em audiência pública, a cisão das empresas elétricas

Projeto de Mozarildo beneficia transporte aéreo na Região Norte

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na terça-feira projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estabelece um adicional tarifário para linhas aéreas suplementadas. O adicional tem coeficiente de 1% sobre o valor da tarifa de todos os bilhetes vendidos por empresas aéreas domésticas do país. O objetivo é beneficiar as empresas aéreas de menor porte que atuam na Região Norte. Moza-

rildo considerou a aprovação "uma grande vitória" para Roraima e para toda a região, que, segundo ele, "sofre com a desigualdade".

Outro projeto aprovado, também de autoria de Mozarildo, foi o que altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista, em Roraima, para Aeroporto Internacional Atlas Brasil Cantanhede.

A comissão tem como presidente o senador Alberto Silva (PMDB-PI).

Mauro quer agilizar política de resíduos sólidos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) conclamou o Congresso a agilizar tramitação do projeto que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre sua redução, reutilização e reciclagem. A proposta, explicou o senador, abrange descentralização administrativa, regulamentação das entidades de gerenciamento dos resíduos e universalização dos serviços de limpeza urbana. O projeto está em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados, devendo ser encaminhado ao Senado Federal em breve, disse o senador.

Mauro Miranda ressaltou que, com a adoção dessa política nacional, a sociedade brasileira poderá alcançar objetivos importantes como a redução da nocividade e quantidade dos resíduos, o estímulo ao desenvolvimento, à produção e à utilização de bens e serviços mais "limpos", a indução ao fomento de produtos reutilizáveis e a permanente ampliação do mercado para produtos reciclados.

Entre as inovações da proposta, o senador destacou o papel central atribuído ao município na implementação da política. Cabe-rão às prefeituras a elaboração do plano municipal de gerenciamento dos resíduos, a implantação da coleta seletiva de lixo, os estudos sobre cobrança de taxa de coleta e gerenciamento do lixo urbano, a indicação de áreas adequadas para tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos de forma a preservar o meio ambiente e a impedir a contaminação dos recursos hídricos garantindo a saúde pública, explicou o senador.

Brasil recicla apenas 2% do lixo que produz



O Brasil produz 43,8 milhões de toneladas de lixo por ano, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Deste total, cerca de 60% são resíduos alimentares e 80% são depositados a céu aberto, nos chamados lixões.

Fonte: Abrelpe

Comissão aprova proposta que regulamenta a anistia política

Medida provisória foi modificada por projeto de lei de conversão do senador Renan Calheiros, que pede urgência na aprovação para dar andamento a 20 mil processos hoje parados nos tribunais

A medida provisória (MP) que regulamenta a anistia política prevista na Constituição foi aprovada ontem pela comissão mista formada para emitir parecer sobre a matéria. A comissão optou por aprovar parecer do relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que apresentou projeto de lei de conversão (PLV) alterando a proposta original do governo federal, editada em 26 de agosto do ano passado. A matéria agora será votada nos plenários da Câmara e do Senado.

O relator acatou 31 das 109 emendas apresentadas, entre elas a do deputado Waldir Pires (PT-BA) que garante ao anistiado, além da reparação econômica, a readmissão e a promoção na inatividade, com custos bancados pelo Tesouro Nacional.

Também integram o PLV duas emendas do deputado Fernando Coruja (PDT-SC): uma estende os benefícios da anistia aos servidores públicos e trabalhadores civis de setores considerados estratégicos que foram demitidos por adesão a movimentos grevistas, enquanto a outra permite que o anistiado político, ou seu depen-



Comissão formada para emitir parecer sobre MP acolheu modificações propostas por Calheiros que ampliam benefícios a anistiados políticos

dente, solicite revisão do valor da reparação mensal.

O projeto aprovado pela comissão mista prevê ainda que o anistiado poderá solicitar a conclusão de curso que foi obrigado a interromper, reassumindo a partir do período letivo interrompido. Caso o anistiado tenha concluído seus estudos em instituições de ensino no exterior, terá seu diploma registrado, mesmo quando não houver correspondência com cursos existentes no Brasil.

RELEVÂNCIA

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, manifestou sua satisfação com a aprovação do

PLV. Segundo ele, o projeto vem corrigir uma enorme injustiça, uma vez que há cerca de 20 mil processos parados nos tribunais aguardando os dispositivos desta regulamentação. O senador pediu celeridade para que o parecer possa ser votado ainda neste semestre. "Muitos dos anistiados são pessoas idosas que ainda sofrem dos efeitos perversos da tortura", disse.

Em entrevista ao *Jornal do Senado*, Renan Calheiros ressaltou o alcance social da regulamentação da anistia. Ele lembrou que foi possível ampliar os benefícios concedidos aos anistiados, garan-

tando sua reintegração justa ao cargo, dando-lhes a opção de receber o benefício de maneira continuada ou de uma só vez, e vedando completamente a cobrança de contribuição previdenciária sobre os montantes.

LICENÇA

Calheiros também falou sobre o benefício social da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de sua autoria modificando a CLT para conceder ao parente mais próximo de uma pessoa desaparecida 15 dias de licença especial, sem prejuízo de salário, para tomar as providências necessárias para localizar o ausente, tantas vezes vítima de violência nas ruas.

O senador explicou que, em 85% dos casos de pessoas de baixa renda que têm um parente desaparecido, elas terminam tendo uma perda dupla: perdem o parente e ficam sem o emprego, em decorrência de faltas ao trabalho. Mediante a apresentação de um certificado da autoridade policial, explicou, o trabalhador terá direito a 15 dias de licença especial remunerada para ajudar na busca ao parente desaparecido.

Dutra: governo rompeu acordo para reintegrar petroleiros

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) denunciou ontem que o governo rompeu acordo feito com a oposição sobre projeto que anistia os petroleiros punidos em consequência da participação em greve realizada em 1995. Apesar dos



Governo apresenta argumentos "ridículos" para veto, diz Dutra

entendimentos mantidos com as lideranças e, especialmente, com o então secretário-geral da Presidência da República, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), o presidente Fernando Henrique vetou integralmente a matéria, conforme saiu publicado no *Diário Oficial* na última segunda-feira, disse o senador.

— Há 15 dias essa Casa aprovou a matéria por unanimidade, após requerimento de urgência assinado por todos os líderes.

Por isso, quando encaminhei a proposta, esperava que estivesse fazendo o penúltimo capítulo de uma novela e que o último fosse a sanção presidencial — afirmou Dutra.

O senador considerou como "ridículos" os argumentos utilizados pelo governo para vetar a proposta. O presidente da República alegou que a proposta não foi sancionada porque, se o fosse, seria desmoralizante para o Poder Judiciário. Dutra comunicou que, juntamente com o deputado Jair Meneguelli (PT-SP), solicitou audiência com Fernando Henrique da qual participarão representantes dos petroleiros, para propor que o presidente revise sua decisão.

Dutra entende que o governo pode "corrigir a deselegância" que

cometeu, aprovando projeto de sua autoria que, no momento, está aguardando parecer na Comissão de Administração, Serviço Público e Trabalho, da Câmara dos Depu-

tados. Para isso, o senador disse não se opor a excluir, por meio de emenda, o pagamento retroativo dos petroleiros afastados em 1995, como prevê seu projeto.

Jucá declara apoio ao projeto

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) declarou apoio ao projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que anistia petroleiros demitidos pela Petrobras, durante a greve de 1995. Projeto de lei de autoria do deputado federal Jair Meneguelli, com teor semelhante ao de Eduardo Dutra, foi vetado pelo governo federal. Jucá lembrou que foi um dos parlamentares que defenderam a anistia dos funcionários e que continua na defesa dos direitos dos trabalhadores.



Para Romero Jucá, é possível "construir outra solução"

Segundo o senador, as razões dos vetos do Executivo ao projeto anterior foram jurídicas. Ele disse esperar que com o projeto de lei de Dutra, que tramita na Câmara, estas questões sejam resolvidas

— Quando o projeto voltar ao Senado, votarei favoravelmente — afirmou.

Jucá garantiu que, apesar dos impedimentos jurídicos do primeiro projeto, é possível trabalhar dentro do governo "para construir uma outra solução".

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Combate à fome no Brasil pode ganhar tratamento prioritário

O item "alimentação" poderá ser incluído entre os direitos sociais garantidos pela Constituição, conforme proposta do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o autor da proposta, esta é "uma forma de dar prioridade absoluta ao combate à fome no país". Valadares esclarece que a medida visa adequar a Constituição à posição brasileira assumida perante a Comissão dos Direitos Humanos da Organização



PEC visa adequar Constituição a posição assumida pelo país na ONU, diz Valadares

das Nações Unidas (ONU).

No parecer favorável à proposta de emenda constitucional (PEC), o relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), destacou que a fome no Brasil não é um problema restrito às suas regi-

ões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, pois se alastra nas outras regiões, também vítimas da concentração de renda apresentada pelo país. Conforme Rocha, o Brasil entrou no novo século com sua distribuição de renda inalterada, uma das mais concentradas do mundo, e a fome resulta desse quadro inverso.

SOBREVIVÊNCIA

"Os danos causados pela desnutrição, especialmente em crianças, gestantes e nutrízes, podem ser considerados quase irreparáveis e os prejuízos para o país tornam extremamente pertinentes ações que visem garantir o mínimo necessário para a sobrevivência digna dos grupos de risco", observou Sebastião Rocha em seu relatório.

Pela modificação proposta, o artigo 6º da Constituição passará a listar como direitos sociais "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados".

No encaminhamento da proposta, Valadares salientou que um terço da população brasileira é malnutrida, sendo que 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida. Há no Brasil de hoje, disse o senador, 50 milhões de miseráveis. O combate à fome, portanto, concluiu o senador, deve ser prioridade de todos os governantes. A matéria será submetida agora a discussão no Plenário do Senado.



Proposta de Paulo Hartung beneficia União, estados, municípios e particulares

Hartung quer extinguir terrenos de marinha

Os "terrenos de marinha", previstos legalmente como instrumento de defesa da costa brasileira, poderão ser extintos, conforme prevê proposta de emenda à Constituição (PEC) de iniciativa do senador Paulo Hartung (PSB-ES), acoitada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), beneficia, segundo destacou, a União, estados, municípios e também particulares.

Pela PEC, os bens públicos situados na faixa até então definida como terreno de marinha, ou terrenos acrescidos de marinha, passam a ser propriedade da União, do estado ou do município, conforme o organismo que abrigue. No caso de ter ocorrido doação a particulares mediante autorização federal, a doação será validada.

Ainda de acordo com a proposta, os municípios procederão à alienação dos imóveis cedidos, locados, arrendados ou aforados ao particular, mediante processo licitatório, com os critérios a serem seguidos.

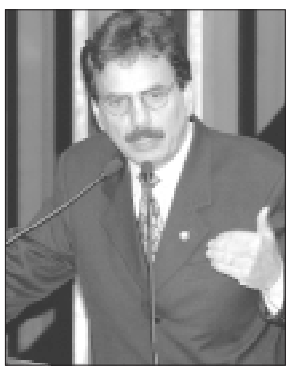
ORDEM RÉGIA

Os terrenos de marinha surgiram na legislação brasileira em 1710, por meio de Ordem Régia Portuguesa para garantir à Coroa os benefícios da exploração do sal. O dispositivo foi mantido na República e respaldado em 1916, por uma consulta feita pela Câmara dos Deputados ao Ministério da Fazenda.

Osmar Dias explica que, de forma alguma "as praias serão alcançadas pelos efeitos da proposição, pois continuarão como bens de uso comum do povo, conforme prescreve a Lei nº 7.661, de 1988". Também não serão atingidos pela medida os terrenos de uso militar ou as áreas em que estão instalados faróis de sinalização náutica.

Pena socioeducativa deve ser estendida ao jovem criminoso

As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente vão poder ser aplicadas também aos jovens infratores que chegaram à maioridade, desde que os crimes motivadores da pena tenham sido cometidos ainda na adolescência. Isso é o que estabelece projeto



Objetivo de Ademir Andrade é corrigir uma lacuna legal

apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo. A matéria seguirá imediatamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que ela seja submetida ao Plenário do Senado.

As modificações apresentadas à proposta pela relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), também foram acolhidas na CCJ, inclusive com o voto favorável do autor do projeto. A senadora explicou que suas emendas tiveram como meta apenas aperfeiçoar formalmente a pro-

posta, para garantir eficácia a seu conteúdo.

Entre as medidas socioeducativas previstas no estatuto destacam-se advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Segundo Ademir Andrade, o projeto corrige uma lacuna legal relativa a atos de infração cometidos por adolescente às vésperas de completar 18 anos, quando não mais é permitido aplicá-lhe a medida socioeducativa de internação. Como também não é possível mover ação penal comum contra o infrator, pois, na ocasião do fato, ele era inimputável por ser menor de idade, cria-se um hiato, explicou. As mudanças propostas, conforme o senador, darão maior eficácia ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Projeto torna crime o jogo de azar, tido como contravenção

A prática do jogo de azar pode deixar de ser enquadrada legalmente como contravenção, passando a ser considerada como crime, sujeito a pena de dois a seis anos de detenção, além de multas. Isso é o que determina projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aprova-

do ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, em caráter terminativo.

Com parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA), a medida, segundo alertou o senador José Fogaça (PPS-RS), passa a considerar crime desde a prática do jogo do bicho, segundo ele, integrada à cultura brasileira, como também as rifas realizadas por pessoas nas repartições, a partir de cartelas adquiridas em qualquer papelaria.

Segundo o autor da matéria, a medida se justifica dentro de um esforço desenvolvido por todos os segmentos da sociedade no combate ao crime organizado que se



Maguito Vilela explica que seu projeto reforça combate à violência

utiliza, em grande escala, dos jogos de azar. Pela proposta, contudo, o Poder Executivo poderá autorizar a realização indireta do serviço lotérico.

Ao explicar a proposta, o senador Luiz Otávio disse que ela define com maior clareza "a condição do cidadão que

vier a explorar atividade de jogo: ou cometerá ilícito penal tipificado como crime, ou o fará legalmente, após participar de licitação, circunstância que implicará ao titular do negócio o cumprimento de todas as obrigações legais, inclusive as fiscais".

Na justificativa do seu projeto, o senador Maguito Vilela tece críticas à postura do governo, a seu ver de descaso para com o jogo. Ele lembrou que uma medida provisória atribuiu à Caixa Econômica Federal a administração dos bingos, até a data de 30 de dezembro de 2001. O prazo exauriu-se e o governo não editou nenhuma outra medida provisória.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Passados mais de 90 anos, sai a anistia ao Almirante Negro

João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, em 1910, segundo o senador José Fogaça (PPS-RS) o “navegante negro” imortalizado na música de João Bosco e Aldir Blanc, ganhou ontem anistia *post mortem*. A medida, prevista em projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC),



Anistia proposta por Marina Silva produzirá todos os efeitos

foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo. A anistia se estende a todos os que tenham participado do movimento. Caso não haja recurso para exame do Plenário, o projeto seguirá diretamente à análise da Câmara dos Deputados.

A revolta foi provocada pelos maus-tratos que eram impostos pela Marinha do Brasil aos seus soldados, sujeitos a punição por chibatadas. Por causa desse episódio histórico, liderado por João Cândido, que ficou conhecido como Almirante Negro, a Marinha proibiu os castigos físicos em toda a corporação. Segundo o relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que apresentou parecer favorável, Rui Barbosa foi o primeiro autor de projeto de anistia para os envolvidos.

Ao justificar sua iniciativa, o en-

senador Rui Barbosa dizia que “esses homens aventuraram-se a meios bárbaros, na ameaça que nos fazem de bombardear a grande capital brasileira. Mas a isso foram levados pelas consequências irresistíveis da situação em que se tinham colocado, pelos desvios a que se tinham arrastado, na reivindicação de algumas pretensões, nas quais não se poderá deixar de reconhecer o caráter de um verdadeiro direito. As reclamações capitais existentes na base desse movimento correspondem a necessidades irrecusáveis”.

A anistia aos revoltosos da Marinha de 1910 produzirá todos os seus efeitos, incluídos o benefício de pensão por morte e as promoções a que teriam direito. A medida faz-se necessária agora, segundo Marina Silva, porque a anistia concedida no passado garantiu o fim do movimento, mas os participantes da revolta foram excluídos da Marinha.

TV NAZARÉ

A CCJ aprovou requerimento de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitando voto de congratulações pela inauguração da TV Nazaré, de Belém.

Movimento acabou com os castigos físicos a marinheiros

A Revolta da Chibata ocorreu em 22 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro, antiga capital do país. Naquele dia, a cidade amanheceu sob a ameaça dos encouraçados São Paulo e Minas Geraes, pertencentes à Armada. Os marinheiros dos dois navios haviam se rebelado depois que um marujo recebeu 250 chibatadas no convés, como castigo por uma infração (levar cachaça a bordo). Sob a liderança do timoneiro João Cândido, os marujos – na sua maioria negros e mulatos, comandados por uma oficialidade branca – assassinaram o comandante Batista das Neves, prenderam os oficiais e manobram os navios pela Baía de Guanabara, voltando os canhões para a cidade.

Os rebelados reivindicaram ao presidente Hermes da Fonseca, recém-empossado, a aprovação de projeto de anistia geral para todos os revoltosos, aumento do soldo, ingresso de negros na Escola de Oficiais e abolição dos castigos corporais e cruéis na Marinha.

Após três dias de grande tensão, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei de anistia geral e do fim da chibata, de autoria do senador Rui Barbosa, líder da oposição.

Apesar de anistiados, os marinheiros foram excluídos da Armada e os líderes presos em condições desumanas e mesmo mortos. João Cândido, gaúcho, filho de ex-escravos, foi trancafiado na Ilha das Cobras por 18 meses. Até o final da vida carregou a fama de subversivo. Morreu em 1969, no Rio de Janeiro, aos 89 anos. Pela sua liderança no movimento ele ficou conhecido como o Almirante Negro.

Aprovadas regras para o uso médico do silicone

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e mantém a proibição do uso do silicone injetável no organismo humano, excetuando as que são feitas com indicação médica. A proposta, segundo o seu relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), seguirá agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, em seguida, ser encaminhada à deliberação do Plenário da Casa.

O projeto estabelece normas a



Conforme Sebastião Rocha, silicone injetável provoca vários danos

serem observadas na fabricação, registro, comercialização e utilização de próteses de silicone e tipifica como crime de lesão corporal o uso do silicone injetável em desacordo com as prescrições médicas legais. Segundo Rocha, a aplicação de silicone líquido por via parenteral tem sido relatada como freqüente causa de sérios problemas de saúde nas pessoas que se submetem a esse procedimento, principalmente travestis que o adotam para modelar seus corpos.

Entre os danos causados por essa prática estão infecções pe-

los vírus da Aids e de hepatites, septicemia, rejeição e deformação da parte do corpo alterada, além de migração do silicone para outras partes do organismo.

COMPLICAÇÕES

Têm sido identificados também, de acordo com o relator, toxicidade local e sistêmica do produto, abscessos e morte dos usuários. Esse tipo de aplicação, explica o relator, constitui prática que tem indicações médicas muito precisas e limitadas e sua realização por leigos precisa ser desestimulada.

Sebastião Rocha destaca que a aplicação de silicone líquido constitui operação extremamente dolorosa, feita por meio de agulhas de uso veterinário, de grosso calibre, que requer dezenas de perfurações, em dias seguidos, para se obter o resultado desejado.

Proposta dá ao Amapá incentivos da Zona Franca

A Área de Livre Comércio de Macapá-Santana passará a gozar dos mesmos benefícios fiscais concedidos para a Zona Franca de Manaus, de acordo com o que determina projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com base em parecer favorável do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A medida, segundo Rocha, tem como objetivo criar empregos e renda na região, fortalecendo ainda as exportações do país. A matéria seguirá agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em caráter conclusivo.

O Amapá, estado beneficiário do projeto, ocupa uma área de 143,45 mil quilômetros quadrados, com uma população de 420 mil habitantes, dos quais 77% concentrados na capital, Macapá, e no município vizinho de Santana.

O porto de Santana é hoje o melhor da bacia amazônica, após passar por grande reforma em 1995, informou o relator. Em 1998 a região se beneficiou também com a conclusão dos últimos 30



Iniciativa de José Sarney visa criar empregos e renda

quilômetros da rodovia que une Caiena (capital da Guiana Francesa) à cidade de Saint George, na divisa com o Amapá, completando, assim, a ligação Caiena-Macapá.

A região tem “excelente mercado potencial, avaliado em 36 milhões de consumidores do Norte do Brasil, da Guiana Francesa, da Guiana, do Suriname e da Venezuela”, destacou o senador, ao justificar a extensão àquela área dos incentivos da Zona Franca de Manaus.

Osmar quer reduzir ICMS da farinha de trigo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que reduz a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações interestaduais com a farinha de trigo, de 12% para 7%.



Osmar Dias: preço do cereal brasileiro é elevado

A redução visa dar competitividade à farinha de trigo brasileira, que vem sendo vendida a preço mais elevado que a farinha vinda do Mercosul, principalmente da Argentina, onde o produto recebe incentivos fiscais do governo.

Para Osmar Dias, “a elevada carga tributária incidente sobre

os produtos nacionais está ameaçando seriamente a continuidade das operações de empresas nacionais produtoras de farinha de trigo. Enquanto nossos moinhos não gozam de qualquer benefício fiscal nas vendas para o mercado interno, os produtores estrangeiros, notadamente os do âmbito do Mercosul, recebem dos seus governos uma série de incentivos voltados para a exportação”.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Congresso deve examinar acordos sobre comércio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga o Poder Executivo a submeter à apreciação do Congresso Nacional todo e qualquer ato, acordo, tratado e convênio de comércio internacional, desde o seu início até a conclusão.

Com a medida, segundo explica o seu autor, senador Roberto Requião (PMDB-PR), o Congresso deixará de exercer papel meramente homologatório nas decisões do Executivo nesta área. "É o fim do monopólio do Poder Executivo no comércio exterior", previu Requião. Para acompanhar passo a passo a formulação de acordos e negócios internacionais, contudo, o Congresso terá de emitir pareceres no máximo em 30 dias, determina a PEC.

A proposta recebeu na CCJ parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS), que a considerou um marco na história da democracia. "Com esta medida, estamos inaugurando uma nova era na vida institucional do país", observou, após ressaltar que a mudança fortalecerá significativamente o Congresso brasileiro, a exemplo do que ocorre com os parlamentos dos países desenvolvidos.

Essa mesma opinião foi compartilhada pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Waldeck Ornélas (PFL-BA), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), José Eduardo Dutra (PT-SE), Luiz Otávio (PPB-PA) e Amir Lando (PMDB-RO).

Ao analisar a proposta, Fogaça disse que é dever dos parlamentares alertar os negociadores oficiais, nacionais e estrangeiros, para que entendam que os acordos comerciais que ameaçam a democracia ou interfiram no papel constitucional da autoridade legislativa serão rejeitados sob o amparo do texto constitucional.

— De imediato, o Parlamento terá pela frente o desafio da montagem de uma estrutura leve, porém ágil, capaz de providenciar o estudo e a análise de propostas de negociação para o ingresso do Brasil no bloco econômico da União Européia e em uma possível Área de Livre Comércio das Américas, além de buscar acelerar as negociações destinadas a fortalecer o Mercosul — advertiu.

Eleições municipais podem ser abertas a estrangeiros

Os estrangeiros residentes no Brasil vão poder votar nas eleições municipais e também candidatar-se a vereadores, se assim o desejarem. Isso é o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde obteve parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Segundo o autor da PEC, é chegado o momento de o Brasil repelir as discriminações contra os estrangeiros, já que o país foi formado com a participação decisiva de imigrantes de diversas partes do mundo. "É hora de dar um fim a essa discriminação negativa, afastando a assimetria existente no fato de se exigir dos estrangeiros respeito à legislação dos países que os receberam, sem lhes dar, em contrapartida, alguns direitos políticos funda-



mentais inerentes à pessoa humana", frisa Álvaro Dias em sua proposta.

Ao analisar a matéria, Antonio Carlos Júnior destacou que a medida é oportuna em vista da grande contribuição que grupos estrangeiros aqui domiciliados desde longa data têm



Álvaro: é hora de acabar com discriminação

e apego à terra que escolheram para viver.

Por essa razão, assinalou o relator, "é justo que esses indivíduos possam, também, ter direito de voto, influenciando decisões políticas que, de uma forma ou de outra, vão produzir efeitos em suas vidas."

Benefício de até R\$ 2 mil na Previdência

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ aprovou ontem substitutivo do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) a emenda à Constituição, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), fixando em R\$ 2.000 o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 1.430.

Waldeck Ornélas, ex-ministro da Previdência, rejeitou dispositi-



Ornélas: sem vinculação com salário mínimo

vo da proposta original, que vinculava o valor máximo do benefício previdenciário ao salário mínimo. Para ele, essa medida contribuiria somente para impedir futuros reajustes no menor salário em vigor no país.

EXTRATIVISTA

A CCJ aprovou também proposta de emenda à Constituição, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), que regulamenta a aposentadoria dos trabalhadores

Bolsa de estudo para universitário carente

Os alunos carentes das instituições privadas de educação superior vão ter direito a bolsa de estudo propiciada pelo governo federal, segundo determina projeto de lei do senador Iris Rezende (PMDB-GO) aprovado ontem pela CCJ. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), designado relator, emitiu parecer favorável ao projeto, que segue agora para

exame em caráter terminativo da Comissão de Educação (CE).

Ao justificar sua proposta, Iris Rezende chamou atenção para o paradoxo do ensino superior, no qual as vagas no ensino gratuito, oferecidas pelas universidades federais, são ocupadas pelos alunos de famílias ricas. Já os alunos de famílias pobres, "que frequentam o ensino fundamental

de péssima qualidade", vão ter de trabalhar e pagar sua própria faculdade à noite. Caso não disponham do dinheiro, simplesmente não terão acesso ao ensino superior.

Pelo que estabelece o projeto, caberá ao Poder Executivo criar o Programa Nacional de Bolsas de Estudos para os alunos carentes das instituições privadas.

Lourival Baptista ganha memorial em Aracaju

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ressaltou ontem a relevância da inauguração do Centro de Memória Lourival Baptista,



Maria do Carmo

ocorrida na terça-feira, em Aracaju (SE). A iniciativa foi da Universidade Tiradentes, instituição de ensino superior voltada para a preservação da memória cultural do estado, informou.

Segundo Maria do Carmo, toda a vida pública de Lourival Baptista foi marcada pela preocupação com a condição de vida do povo. Como governador de Sergipe, médico por formação e político por vocação, o ex-senador implementou obras de importância, como o estádio estadual, o Baptistão, e o Tribunal de Contas de Sergipe.

O acervo do Centro de Memória, que já está aberto à visitação do público, é formado por mobiliário, pinturas, fotografias, comendas e medalhas, além de documentos.

Maguito pede recuperação de trecho da BR-364

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a interdição do trecho da BR-364 que liga as cidades de Portelândia (MT) e Santa Rita do Araguaia (GO) à Serra da Petrovina e pediu ao Ministério dos Transportes e aos governos federal e de Goiás que garantam condições de tráfego na rodovia. O parlamentar anunciou o recebimento de documento enviado pelas prefeituras e câmaras municipais dessas cidades e também de Alto Araguaia (MT), comunicando que o referido trecho foi fechado ontem pelas comunidades locais em protesto contra as péssimas condições da estrada.

O trecho tem cerca de 30 quilômetros, mas sua situação é tão precária que os motoristas gastam em média quatro horas para transpô-lo, informou o senador, ressaltando que a BR-364, que liga São Paulo a Cuiabá, é uma das rodovias mais importantes do país, por onde escoam grande parte da produção dos estados de Mato Grosso e de Goiás.

Maguito informou ainda que, em resposta à interdição, os governos estaduais e federal enviaram às cidades e ao trecho da estrada obstruído dezenas de policiais militares e federais.

Voto eletrônico é seguro, dizem Jobim e Cardoso

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional falam a parlamentares sobre o sistema utilizado no Brasil e garantem que não há riscos para as eleições de outubro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, opinou que o sistema eletrônico de votação utilizado no Brasil é "rigorosamente moderno, absolutamente avançado, e assegura total tranquilidade" às eleições de outubro. Já o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, destacou que o sistema de segurança criptográfica elaborado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc) foi projetado para garantir a não-adulteração dos dados.

Nelson Jobim e Alberto Cardoso participaram ontem de audiência pública da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e da Comissão Especial de Reformas Políticas da Câmara dos Deputados. O general Cardoso forneceu

informações sobre o sistema desenvolvido pelo Cepesc (órgão da estrutura do seu gabinete) para garantir a inviolabilidade no momento da transmissão dos votos de cada seção eleitoral para os computadores totalizadores.

— Na verdade, o programa foi projetado para garantir que os dados não sejam adulterados, e não para torná-los sigilosos. Os dados protegidos são de conhecimento público, visto que constam do boletim de urna. O Cepesc produziu um modelo criptográfico empregado apenas para a cifração. Após a votação em cada seção eleitoral, esse



Para Nelson Jobim, o sistema é "rigorosamente moderno, absolutamente avançado e assegura total tranquilidade"

módulo cifra o boletim de urna e o armazena em disquete. Os dados são transmitidos para os computadores totalizadores do TSE, onde serão decifrados — explicou Cardoso.

O general rebateu notícias de que o programa de criptografia é secreto e que o Cepesc poderia interagir com o sistema operacional da urna eletrônica e adulterar os resultados da votação. Ele disse que o próprio

TSE conhece o código-fonte do módulo criptográfico e que uma comissão de especialistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) avaliou todo o sistema informatizado das eleições e concluiu que a criptografia "é robusta e não interfere, nem adultera, os votos dos eleitores".

O ministro Nelson Jobim informou que entre os dias 6 e 10 de agosto será realizada audiência pública com a participação de representantes dos partidos políticos para que sejam apresentadas as versões finais de todos os oito programas que integram o sistema de votação. Após o estudo pelos partidos, os programas deverão ser homologados.

Durante os debates, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao presidente do TSE se ele não deveria se afastar do cargo em vir-

tude dos seus laços de amizade com o candidato do PSDB, senador José Serra (SP). Suplicy afirmou que a permanência de Jobim poderia comprometer a imparcialidade da eleição e dar margem a questionamentos sobre decisões que venham a ser tomadas. O ministro respondeu que o assunto é jurídico, e não político, e que ele somente se pronunciará a respeito se for feita alguma representação nesse sentido.

Falando em nome da liderança do seu partido, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) parabenizou o trabalho do TSE e do Cepesc na elaboração de um sistema confiável de votação eletrônica. Ele disse que o voto por meio da urna eletrônica é uma contribuição decisiva para a melhoria da cultura democrática do Brasil. Juvêncio opinou que o sistema evitará as fraudes no processo eleitoral.

Requião contesta versão de Iris sobre recurso ao TSE

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) contestou informação dada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) sobre as liminares concedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a propósito da realização da convenção do PMDB no sábado passado.

— Quero deixar claro que ele se enganou ao declarar que eu havia protocolado meu pedido de suspensão à noite. Eu o fiz durante o expediente

do TSE. No dia seguinte, o protocolo inexplicavelmente fechou, foi abduzido e seus funcionários desapareceram — disse.

Segundo Requião, não se justifica o fato de o senador goiano ter declarado, em discurso feito em Plenário na tarde de terça-feira, que ninguém



Requião informou ter recorrido ao TSE durante o expediente

o criticou (a Requião), durante a convenção do PMDB, "por ter procurado um juiz à noite". Requião enfatizou ter protocolado seu pedido de suspensão da convenção durante o expediente do TSE, e não à noite, como afirmou Iris Rezende.

Acordo do mínimo cai e obstrução à LDO continua

Durou poucas horas, ontem, um acordo partidário para elevar o salário mínimo para R\$ 240 em abril de 2003 — um aumento de 20% sobre o atual valor de R\$ 200.

Pela manhã, líderes da base governista e das oposições na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fecharam o acordo para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003 previsse mínimo de R\$ 240, em abril. À tarde, porém, a equipe econômica avisou que não aceitaria o acordo, pois não teria como obter R\$ 8,6 bilhões para cobrir os gastos da Previdência Social com o aumento.

A reunião da manhã foi realizada com o relator do projeto da LDO, senador João Alberto Souza (PMDB-MA). À tarde, em reunião da comissão, os líderes partidários



João Alberto (à esquerda) aguarda entendimento entre os líderes que permita a votação da LDO

anunciaram que, ante a negativa da equipe econômica, retiravam os termos do acordo. Com isso, PDT, PT e PCdoB anunciaram que continuarão obstruindo a votação da LDO.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), convocou reunião de líderes para terça-feira, quando tentará um acordo para votar a LDO.

— Eu colocarei no projeto da

LDO o que os líderes partidários decidirem com o governo. Se eles acertarem que o salário mínimo para o próximo ano deve ser de R\$ 240, assim faremos — disse o senador João Alberto.

O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) afirmou que incluir um artigo na LDO prevenindo o mínimo de R\$ 240 "será engessar o próximo presidente da República". Ele ponderou que não há uma nova fonte de receitas para bancar as despesas da Previdência.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) protestou, afirmando que, "toda vez que é para aumentar o salário mínimo, o governo diz que não tem dinheiro". Quando é "para salvar bancos, sempre há bilhões de reais", acrescentou.

Lula explica a parlamentares proposta de política externa

O candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, expôs ontem, na Câmara dos Deputados, seu programa de governo para a área de política externa, informando que irá criar, caso saia vitorioso,

uma Secretaria de Comércio Exterior ligada diretamente à Presidência. O evento foi promovido por iniciativa do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Jefferson Péres (PDT-AM), e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, presidida pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e dá sequência à série de debates que vêm sendo promovidos pelas duas comissões com os presidentes da Câmara e do Senado.

Ciro Gomes já foi ouvido e os próximos serão o senador José Serra (PSDB-SP) e o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho.

Lula defendeu uma postura mais firme do Brasil nas negociações comerciais. Ele disse que o país negocia em posição inferiorizada e isso tem gerado desvantagens nos acordos e tratados comerciais.

— Ninguém respeita quem não

se respeita. Em muitas situações, jogamos nossa auto-estima lá embaixo e, apesar de sermos um grande país, temos um comportamento pequeno nas relações internacionais. O Brasil precisa se dar a importância que mere-

ce — enfatizou. Lula afirmou que é contrário à entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) apenas para cumprir uma política de anexação. Para ele, o país deve antes implementar uma reforma tributária que desonere as exportações e a cadeia produtiva, fortalecendo o mercado interno e melhorando a capacidade de competição dos produtos nacionais.

Também estiveram presentes ao debate os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP), Emilia Fernandes (RS), Roberto Saturnino (RJ) e Geraldo Cândido (RJ).



Lula disse que, se eleito, criará uma Secretaria de Comércio Exterior ligada diretamente à Presidência

HOMENAGEM À EMBRAPA

Iris: empresa faz parte do Brasil que dá certo

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) homenageou ontem os 29 anos de existência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. “A Embrapa é uma instituição governamental de pesquisas científicas que faz parte do Brasil que dá certo, e merece, neste seu aniversário, uma homenagem de todo o povo brasileiro e, principalmente, de todos aqueles que vivem da atividade agrícola em nosso país”, afirmou.

Iris ressaltou o papel da empresa como centro de difusão de conhecimentos e tecnologia e de desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da agricultura brasileira e para o subsídio da agricultura mundial, especialmente nas práticas agrícolas em solos tropicais. Ele citou vários projetos de sucesso, com destaque para a bezerra Vitória, primeiro bovino obtido por meio de clonagem e que já completou um ano e três meses de vida sem apre-



Segundo Iris, gestão aplicada à empresa deve servir de exemplo

sentar problemas de saúde.

— É importante citar ainda os estudos realizados na área de produção integrada de frutas com baixo emprego de agrotóxicos e baixo impacto ambiental, envolvendo as culturas de maçã, manga, uva, caju e melão, e outros estudos com resultados exemplares em recuperação de áreas degradadas, manejo florestal, micropropagação de mogno e da fibra ama-

zônica de nome curauá, que está substituindo sintéticos em componentes de veículos de fabricação nacional — assinalou.

Observando que a gestão aplicada à Embrapa merece ser seguida por outras empresas públicas que não encontraram o caminho correto da administração competente, Iris elogiou o presidente da empresa, Alberto Portugal. “A Embrapa nos ensina que uma empresa pública pode ser tão ágil, tão pragmática e tão eficiente quanto qualquer companhia privada ou até melhor, pelos resultados alcançados.”

Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que a empresa já prestou relevantes serviços ao país e, especialmente, ao Centro-Oeste. Segundo ele, a região deve à Embrapa toda a tecnologia e conhecimento que permite aos seus agricultores e pecuaristas obter grande produção de arroz, feijão e leite.

Para Tebet, agropecuária gera superávit

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se às homenagens prestadas pelos senadores à Embrapa. Tebet destacou que a empresa atua em todo o Brasil e que muito vem contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos nacionais.

— Essa efeméride é de grande importância. Sem agricultura e pecuária não haveria Plano Real, nem seria registrado o ligeiro superávit ocorrido na balança comercial graças à exportação de grãos e de carne — afirmou.

Tebet destacou que a Embrapa é uma grande empresa a serviço do país, ressaltando que o Brasil precisa de pesquisa. Em seguida, formulou votos de continuidade e progresso para a empresa.



Ramez Tebet: empresa melhora qualidade dos produtos nacionais

Jonas pede melhores salários e condições dignas de trabalho

Ao homenagear a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo seu 29º aniversário, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que falar em pesquisa agropecuária no Brasil é falar na empresa. Ele admitiu que a sociedade em



Jonas diz que empresa é obrigada a trabalhar com material obsoleto

geral pode desconhecer que usufrui os benefícios propiciados pela Embrapa, “mas o produtor rural e os técnicos em agricultura, em pecuária, em biologia, em nutrição, em administração e em economia sabem-no de sobra e o governo também”.

Apesar dos seus feitos e de contar com mais de 2 mil pesquisadores com doutorado e pós-doutorado que demonstraram ao mundo a capacidade, valor e eficiência da pesquisa agropecuária brasileira, a Embrapa enfrenta pelo menos duas dificuldades que “incomodam”, segundo o senador: o salário pago a seus servidores e as suas condições de trabalho.

Jonas Pinheiro deplorou que o governo precise manter os salári-

os dos funcionários da Embrapa defasados como forma de controlar os gastos públicos, e defendeu a importância de que o conjunto dos servidores da empresa “seja valorizado”.

Jonas Pinheiro relatou que a empresa quase sempre é forçada a trabalhar com material obsoleto ou adaptado, com os quais não faz só pesquisa, mas às vezes milagres.

Moreira Mendes (PFL-RO), em aparte, afirmou que a história da construção de Rondônia é inimaginável sem a Embrapa. Para Ricardo Santos (PSDB-ES), é impossível conceber o desenvolvimento da agricultura brasileira sem a Embrapa.

Osmar Dias (PDT-PR) disse que a Embrapa possui um dos mais ricos bancos de angiosperma do mundo e a mais rica equipe de pesquisadores. Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que, apesar dos subsídios que vários países concedem a seus produtos, graças à eficiência da Embrapa o Brasil tem condição de concorrer com eles.

Emilia lembra que agronegócio emprega 27 milhões de pessoas

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) associou-se às homenagens prestadas à Embrapa destacando os avanços científicos e tecnológicos alcançados pela empresa em suas pesquisas. Ela ressaltou o prestígio internacional da Embrapa, a seu ver resultado do esforço para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável para o agronegócio brasileiro. Emilia salientou ainda que a empresa foi agraciada com o prêmio Ateneu Rotário, do Rotary Club de São Paulo, graças aos estudos de preservação do meio ambiente.

— O país deve colocar como prioridade o desenvolvimento da ciência e da tecnologia se quiser ser



Emilia quer assegurar produção de alimentos para combater a fome

respeitado internacionalmente. O próximo presidente do Brasil, o Lula, disse hoje (ontem) na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que um país precisa ter três prioridades estratégicas: a capacidade de investir em ciência e tecnologia, a capacidade militar e o potencial econômico — afirmou.

Emilia defendeu o aprofundamento da discussão sobre as diferenças entre as lógicas do lucro e do investimento público. Ela assinalou que o agronegócio emprega 27 milhões de pessoas no Brasil e pregou o fortalecimento da Embrapa como forma de assegurar a produção de alimentos necessária ao combate à fome.

Heloísa aponta safras recordes e cobra respeito a servidores

Em nome de todos os parlamentares do Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) homenageou os 29 anos da Embrapa exigindo respeito para os seus 2.045 pesquisadores, 6.485 técnicos e demais servidores, por meio de condições dignas de trabalho e de salários. Ela lembrou que a empresa é responsável pela revolução tecnológica da agricultura e da pecuária que está acontecendo no país, e que as celebradas safras recordes são resultantes das sementes melhoradas pela pesquisa da Embrapa.

Heloísa protestou contra o corte de 45% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e citou artigo escrito pelo presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em que ele diz ser preciso “olhar para essa área com uma visão ampla e na perspectiva de longo prazo,



Heloísa protesta contra cortes de recursos para ciência e tecnologia

tendo clareza de que a ciência cresce onde existe ambiente apropriado, resultante da reunião de experientes pesquisadores e jovens criativos com financiamento suficiente para mantê-los trabalhando. Nunca é demais alertar que em ciência é difícil construir e manter escolas, mas é muito fácil destruí-las quando não lhes são dadas condições mínimas de sobrevivência e reposição”.

A senadora Heloísa Helena assinalou que muito do que é desenvolvido pela Embrapa não chega aos pequenos e médios produtores devido à falta de estrutura das agências de assistência técnica estaduais. Segundo ela, os “representantes do atraso” têm sido incapazes de corrigir as “distorções ilegais e imorais” do saldo devedor dos produtores rurais e não conseguem promover a renegociação das suas dívidas.

HOMENAGEM À EMBRAPA

Porto: empresa contribui para aumento da produção de grãos

Em homenagem aos 29 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou ontem que, com o trabalho da instituição, o setor agrícola brasileiro pôde aumentar a produção de grãos de 35 milhões de toneladas para 100 milhões.

Porto ressaltou os esforços da empresa no desenvolvimento de tecnologia para incorporar o Cerrado entre as áreas agricultáveis. A região, acentuou, responde por 40% da produção de grãos do país.

A Embrapa também colaborou para aumentar a produção de leite, de 7,9 bilhões de litros, em 1975, para 20,3 bilhões, em 2000. E ajudou o país a alcançar altos índices de produtividade no plantio de hortaliças: em 1999 foram produzidas 14 milhões de toneladas em 859 mil hectares plantados, contra 9 milhões de toneladas nos 700 mil hectares utilizados em 1980. A produção de maçãs, acrescentou, passou de 11,5 mi-



Porto ressaltou o esforço da Embrapa para tornar o Cerrado agricultável

Roosevelt Pinheiro

lhões de toneladas, em 1973, para mais de 35 milhões.

O senador ressaltou o papel da Embrapa no plantio de frutas no semi-árido. Ele lembrou que a produção de carne de frango decuplicou após a criação da Embrapa.

Porto informou que a empresa mantém acordos de cooperação técnica com 56 países e ajudou o Brasil a obter superávit no agronegócio de US\$ 19 bilhões em 2001. No entanto, disse, a Embrapa apresenta déficit mensal em torno de R\$ 4 milhões, já que a União confere à instituição R\$ 9 milhões por mês, apesar da despesa de R\$ 13 milhões.

O senador José Alencar (PL-MG) destacou a produção de algodão colorido em Campina Grande (PB). O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Brasil deveria "apostar tudo" na Embrapa, destinando a ela o triplo da verba que recebe atualmente. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que os funcionários da empresa não têm aumento há oito anos.

Valadares relata encontro em Roma sobre combate à fome

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou ontem sua participação, por indicação da Mesa do Senado, na Jornada Parlamentar ocorrida em Roma no último dia 11. Ele explicou que o encontro foi organizado pela União Interparlamentar Internacional



Parlamentares de 80 países discutiram o tema, disse Valadares

Roosevelt Pinheiro

Apesar disso, o senador anunciou que não há boas perspectivas para acabar com a fome no mundo.

— O compromisso firmado pelos 183 países membros da FAO em 1996, de reduzir pela metade o número de famintos do mundo até 2015, começa a parecer inexecutável. Nos últimos seis anos, o número de desnutridos caiu tão-somente de 840 milhões para 815 milhões, o que representa uma redução de ínfimos 3%.

Segundo Valadares, estiveram presentes parlamentares de 80 países, "todos imbuídos dos melhores propósitos de lutar nos seus parlamentos pela adoção de medidas legislativas que possam contribuir para a redução das desigualdades sociais, combatendo a fome e erradicando a pobreza".

Para Valadares, esse resultado tem relação direta com a atitude dos países ricos, que não têm demonstrado disposição para colaborar. O senador também salientou que, no Brasil, 57 milhões dos 170 milhões de habitantes passam fome, subsistindo com menos de um salário mínimo.



Nascimento, ao lado de Mozarildo e Moreira Mendes, fala à CPI que investiga organizações não-governamentais

José Cruz

Dinheiro para ONG entrou no país de forma irregular

Segundo o vice-presidente da Associação Amazônia, US\$ 70 mil foram enviados ao país para aquisição de 172 mil hectares de terra em Roraima

Em depoimento à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação de organizações não-governamentais (ONGs), o vice-presidente da Associação Amazônia, Luís Antonio Nascimento de Souza, admitiu que os recursos utilizados para a compra de 172 mil hectares de terras em Roraima ingressaram irregularmente no Brasil.

De acordo com Souza, os US\$ 70 mil usados para adquirir a área foram trazidos ao país em espécie e trocados por reais em casas de câmbio. Entre os maiores doadores, disse, está o italiano Roberto Imperiale, encarregado de trazer os dólares, e entidades como sindicatos italianos e a ONG inglesa Guardiães da Floresta.

Souza informou que a associação pretende implantar uma área

de proteção ambiental ou uma reserva extrativista, e que solicitou a oficialização da posse ao Instituto de Terras de Roraima. Ele afirmou ainda ser contrário à biopirataria.

ESTRANGEIRO

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) quis saber como Souza via o fato de uma associação que ocupa 172 mil hectares na Amazônia ser presidida por um estrangeiro — o escocês Christopher Clark — que possui apenas visto de turista. Souza disse não ver problemas na nacionalidade de Clark, já que a entidade é nacional.

— Nos Estados Unidos esse senhor Clark estaria preso, por presidir uma associação com visto de turista. Só no Brasil para acontecer isso — queixou-se Mendes.

A relatora da comissão, sena-

dora Marluce Pinto (PMDB-RR), informou que em recente viagem à região conversou com políticos locais e nenhum deles tinha conhecimento de trabalho em favor da comunidade promovido pela Associação Amazônia.

Para o vice-presidente da associação, sua maior preocupação era com o atendimento das populações carentes que moram às margens dos rios da região. Existe ali uma "quase absoluta ausência do Estado", afirmou.

Em resposta, o presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), disse que a ausência do Estado "não justifica ações que firam a lei". Ele observou ainda que a comissão pretende sugerir nova legislação que regulamente a atuação no Brasil das organizações não-governamentais.

Depoimento de lobista dura apenas meia hora

Durou pouco mais de meia hora o depoimento, a portas fechadas, do lobista Alexandre Paes dos Santos, diretor da empresa de consultoria política APS. Ele foi ouvido ontem pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a ação de organizações não-governamentais (ONGs). Paes dos Santos solicitou ao presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que o depoimento fosse secreto em virtude de "avaliação incorreta dos fatos" que teria sido feita pela imprensa.

— O depoimento foi interrompido para que possamos buscar maior embasamento jurídico sobre o contrato firmado entre o

depoente e o Laboratório Novartis — disse Mozarildo.

A CPI investiga a denúncia de que a ONG Napacan, de defesa de pacientes com câncer, estaria agindo em conjunto com o Laboratório Novartis para forçar o Ministério da Saúde a comprar o medicamento Glivec, usado no tratamento de leucemia mielóide.

Em depoimento anterior, o presidente da Novartis, Andreas Strakus, negou que o lobista Alexandre Paes dos Santos tenha feito contatos em nome do laboratório.

REQUERIMENTO

O lobista foi convidado a depor após aprovação de requerimento do senador Tião Viana

(PT-AC). Paes dos Santos, lembrou o senador, foi citado em reportagem da revista *Época*, segundo a qual ele teria informações acerca de "desvios de conduta" de funcionários da Secretaria Nacional de Saúde, que estariam pressionando laboratórios para obter contribuições destinadas a campanhas eleitorais. A mesma matéria afirma que o empresário teria procurado assessores do ministério pedindo a aprovação do medicamento Glivec.

A presidente da Napacan, Maria das Graças Marques, confirmou à CPI que o Laboratório Novartis destina R\$ 50 mil por ano à organização não-governamental.

Projeto prioriza mulher na posse de imóvel financiado

Participação feminina na chefia de lares foi principal motivação da proposta, que busca favorecer famílias com renda inferior a R\$ 600

A mulher de baixa renda deverá ter a preferência na titulação de posse dos imóveis que tenham sido financiados com recursos da União. A determinação consta de projeto do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cujo relatório favorável, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A idéia, justifica o autor, é facilitar o acesso da mulher ao imóvel, considerando que, de acordo com estatísticas, cada vez mais as mulheres vêm assumindo a chefia dos lares. Segundo o Censo 2000, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas são responsáveis por 25% dos domicílios.

O projeto já fora incluído na pauta do Plenário com parecer favorável da mesma relatora, emitido em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mas a CAS foi instada a se manifestar sobre a PEC, a pedido da senadora Emília Fernandes (PT-RS).

A proposta de Mauro Miranda, que



Comissão de Assuntos Sociais acolheu proposta de Mauro Miranda, que quer diminuir desvantagens das mulheres



Foto: Roosevelt Pinheiro

agora voltará ao exame do Plenário, estabelece, como única condição para que a mulher receba o título do imóvel, a exigência de que ela não possua, em seu nome, outro imóvel urbano. O estado civil da mulher não poderá ser considerado, para efeito da transferência da posse do imóvel.

Para facilitar a aplicação do preceito, o senador propõe que, nos programas governamentais de distribuição de moradias, seja estabelecida cota mínima de 50% de unidades destinadas a mulheres com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos – hoje R\$ 600.

Mauro Miranda justificou seu pro-

jeto dizendo que, apesar de políticas públicas implantadas nos últimos anos tentarem corrigir as desvantagens sofridas pelas mulheres, pouco foi feito na área habitacional.

Conforme dados do Censo citados pelo senador, as mulheres representam 51% do total da população do país, superando em quase 3 milhões o número de homens. Boa parte delas vive em extrema pobreza, com poucas oportunidades de emprego ou recebendo salários inferiores aos dos homens. “Essa circunstância se torna particularmente cruel quando se observa que um número expressivo de mulheres de baixa renda responde pela guarda e criação de filhos”, acentuou Mauro.

Empregado poderá faltar ao serviço para procurar parente

O trabalhador que precisar procurar parente desaparecido – cônjuge, pais, filhos, irmãos ou pessoas que vivam sob sua dependência econômica – poderá ausentar-se do emprego, sem prejuízo do salário ou risco de demissão, por até 15 dias. É o que estabelece projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovado por unanimidade na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deve seguir para a Câmara dos Deputados por ter recebido decisão terminativa na CAS, exceto se houver recurso para que seja submetida ao Plenário.

Em parecer favorável ao projeto, o relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), concordou

com os argumentos de Calheiros de que o “desaparecimento de um ente querido é um duro golpe à família”, e afirmou que “não há como exigir que o empregado, submetido a essa perda, tenha condições de exercer normalmente as suas atividades profissionais”.

O relator destacou que esse empregado também é fundamental nas buscas da pessoa perdida, pois conhece os hábitos do parente. O não comparecimento ao serviço, no entanto, salientou Moreira Mendes, deverá ser devidamente fundamentado mediante a apresentação de certidão fornecida pela autoridade policial competente para que não se caracterize falta, e sim ausência justificada.

– Além do choque da perda, das falhas da investigação polici-



Mécia Kalume

Proposta de Renan Calheiros evita perda de emprego

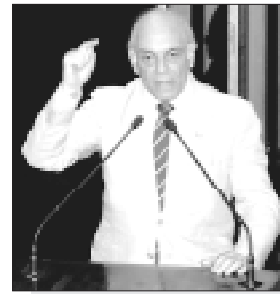
al, da falta de apoio da Justiça, pais de crianças desaparecidas têm de conviver com o fantasma do desemprego, quase sempre em consequência das faltas ao trabalho – afirmou Moreira Mendes, acrescentando informação fornecida pelo autor do projeto de que essa situação atinge 85% dos casos de desaparecimento de familiares.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), na presidência dos trabalhos, elogiou o projeto de Renan Calheiros e, em especial, o voto favorável dado pelo relator, senador Moreira Mendes, ressaltando o caráter social da matéria.

Comissão regulamenta profissão de astrólogo

A profissão de astrólogo foi reconhecida e regulamentada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conforme substitutivo de Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto de Artur da Távola (PSDB-RJ) aprovado ontem. A matéria recebeu decisão terminativa na comissão e por isso seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para seu exame em Plenário.

Távola definiu como astrólogo o profissional “que estabelece juízos a partir do estudo das configurações do céu, calculando e elaborando cartas astrológicas de pessoas, entidades jurídicas ou nações, por meio de utilização de tabelas e gráficos relativos ao movimento dos astros e que são destinados a satisfazer indagações do



José Cruz

Projeto de Artur da Távola foi aprovado ontem na CAS

público e orientar interessados”.

Moreira Mendes, por sua vez, atentou para a necessidade de se regulamentar a profissão a fim de garantir à sociedade a prestação qualificada dos serviços dos astrólogos. Segundo o senador, cada vez mais o trabalho desses profissionais afeta diretamente as pessoas no momento em que estas vão pautar sua vida de acordo com as indicações e os conselhos astrológicos.

Segundo a proposição, os astrólogos terão o exercício de sua profissão assegurado pela associação de classe local, que cuidará também de verificar a habilitação dos profissionais. Os astrólogos regulamentados poderão dar aulas em qualquer nível de graduação nas disciplinas de formação da área.

Segundo a proposição, os astrólogos terão o exercício de sua profissão assegurado pela associação de classe local, que cuidará também de verificar a habilitação dos profissionais. Os astrólogos regulamentados poderão dar aulas em qualquer nível de graduação nas disciplinas de formação da área.

Existem 84 profissões regulamentadas no país

A regulamentação profissional permite que sejam organizados órgãos fiscalizadores com poderes de aplicar sanções e até mesmo a proibição do exercício da profissão. Os códigos de ética profissionais normalmente acompanham essas regulamentações. No Brasil, 84 profissões já foram regulamentadas. Tramitam no Congresso mais de 40 projetos de regulamentação profissional, incluindo o reconhecimento das profissões de turismólogo, esteticista e cosmetologista.



Redução de curso técnico em radiologia passa na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Chico Sartori (PSDB-RO) a projeto de lei da Câmara que reduz prazo exigido para aluno concluir curso técnico em radiologia. Atualmente, a lei define duração de três anos para o curso. O projeto retira do texto essa obrigatoriedade, mantendo a exigência do certificado de conclusão do ensino médio e a formação profissional técnica na área.

Sartori explicou que a modificação conta com aval do Ministé-



Roosevelt Pinheiro

Chico Sartori solicitou tramitação urgente para seu projeto

rio da Educação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que recomenda a utilização do critério de carga horária para a composição curricular dos cursos.

O presidente da CAS, Romeu Tuma (PFL-SP), ressaltou a importância da decisão, pois vários alunos, conforme relatou, aguardam uma definição sobre o assunto. Por esse motivo, Sartori solicitou tramitação urgente para o projeto, que deverá ser incluído na pauta do Plenário para a próxima semana.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Carlos Wilson, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti